

ANTRO
PO
LOGIA
Portuguesa

Vol. 3.º 1985

Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra

Antropologia da Educação

MANUEL JOSÉ ALVES VIEGAS TAVARES

Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

A Antropologia da Educação analisa as relações Escola/Comunidade e as suas implicações no processo de enculturação dos jovens.

Aplicando os métodos de pesquisa e análise de Ciências afins, mas centrando-se sempre no método etnográfico de observação-participante na análise dos processos educacionais, visa contribuir para a solução de problemas da prática e da política educativa.

Palavras-chave:

Antropologia; Cultura; Educação; Escola; Comunidade.

Abstract:

The Anthropology of Education analyses the relationships between the school and the community and their implications in the process of youth enculturation.

Using the methods of research and analyse of the Social Sciences but always focusing in the ethnographical method of observation-participation in the analyse of the educational process, intends to give a contribution to solve the issues of the educational practice an policy.

Key-words:

Anthropology; Culture; Education; School; Community.

Analisando a forma como a Cultura evolui e se transmite, se difunde, a Antropologia Cultural ou Etnologia, que na definição de Jorge Dias (DIAS, 1965/66) «é a ciência do Homem intemporal e anónimo, do Homem social que embora evolua no tempo, não está ligado à cronologia», estuda o Homem e as suas obras.

A Cultura transmite-se por dois processos básicos — *aculturação* e *enculturação*, sendo o primeiro mais violento que o segundo, pois é o processo de mistura de elementos culturais no todo ou em parte. É o que resulta de qualquer forma de colonização; enquanto enculturação é o processo universal por intermédio do qual a criança humana aprende, a partir do nascimento, a ajustar o seu comportamento à cultura da sociedade.

Para além das agressões culturais a que todos estamos sujeitos diariamente — jornais, revistas, rádio, TV, anúncios, etc. — todos eles produto dum processo anárquico de enculturação ou, permito-me quase afirmar, de aculturação, para não dizer colonização cultural, há um outro processo de enculturação, ou endo-culturação, que é a Educação, o qual será abordado numa óptica Antropológica.

O que é Educação? O que é a Escola? A Escola Ensina ou Educa? Para quê?

Como afirmei num trabalho sobre Educação especial (TAVARES, 1975), «a Educação tem de ser encarada sob dois aspectos, complementares de um todo orgânico envolvente, tendente a preparar o indivíduo para a sua missão na sociedade. O primeiro, relaciona-se com a metodologia tradicional de vivência e integra o indivíduo na vida de relação, nas subtilezas do dia-a-dia. Condiciona o comportamento individual ao comportamento do grupo, integrando-o nos padrões culturais deste». Faz parte do processo que nas sociedades primitivas termina com as cerimónias da iniciação.

O outro aspecto liga-se à preparação técnica e intelectual e forma o indivíduo para ser factor produtivo na sociedade.

Condicionada primitivamente à sobrevivência do grupo e às suas aspirações, alargando-se através de contactos com outros grupos mais desenvolvidos, a Educação está hoje aberta a qualquer indivíduo pelas modernas técnicas de informação, para as quais é difícil estabelecer fronteiras.

A simples transmissão de conhecimentos, visada pela instrução, é suficiente como Educação, mesmo quando encarada sob o segundo aspecto, porque este pretende o desenvolvimento intelectual, moral e físico do indivíduo e a interligação da inteligência na personalidade.

Qualquer definição da Educação tem forçosamente que ser feita numa óptica global à qual não podem ser estranhos os seus mais directos agentes — a família, a classe, o grupo, o bairro, a área geográfica e cultural e a Escola. Escola que é ela mesma uma estrutura complexa e indefinida, abrangendo os diferentes graus de ensino e todos os seus intervenientes físicos, intelectuais e morais, variáveis de comunidade para comunidade, porque é da sua acção conjunta, com maior ou menor incidência parcial, que o carácter e a personalidade do indivíduo se irão moldar e através deles se processará a sua formação intelectual.

A Educação, logicamente, varia com a forma de civilização, o tipo de sociedade e a constituição do grupo e de acordo com a concepção que estes tenham do Homem e do seu papel social.

Para além de tudo o que possa ser tomado como integração e formação, a Educação tem que ser encarada na sua forma mais elevada, que é a da preparação do indivíduo para a *liberdade, à qual engloba responsabilidade e criatividade*.

O valor humano não se revela unicamente em obras acabadas e por isso a Educação tem que preparar o indivíduo para não ser encarado pela sociedade unicamente como factor produtivo, antes como elemento integrante de um todo do qual é fim e princípio, e só existe quando os Homens livremente se associam na prossecução de interesses colectivos.

Nestes interesses, da luta pela sobrevivência inicial à luta de classes e pela sobrevivência política actual, a liberdade e dignidade humanas e os direitos e deveres que lhes assistem, não podem ser esquecidos pela Educação. Pela Escola.

E é neste campo fundamental da responsabilidade individual, através da qual se processa o desenvolvimento das suas faculdades globais, que não pode ser descuidada a problemática do menor deficiente, cuja integração social se terá que estruturar, através da sua dignificação e aceitação, como ser humano que é.

Enquanto integrado na comunidade tradicional, que o moldava nas suas aspirações e comportamentos, o jovem é hoje solicitado para tudo o que representa prazer e bem estar irresponsável; é dispersado da sua realidade cultural por falsos preconceitos e por padrões de comportamento estereotipados, fortemente veiculados pelos *mass-media*, os quais nada têm a ver com a cultura do grupo a que pertence o jovem, exacerbando muitas vezes o conflito de gerações a um nível de ruptura.

Perante esta situação, é à Escola que a comunidade, relegando a sua responsabilidade, atribui a obrigação de preparar o jovem para a sua integração na sociedade, como elemento útil, como Homem, como indivíduo passível de direitos e deveres.

Para tal, a Escola tem primeiro que o levar a identificar-se com a sua Cultura, para que depois se possa identificar consigo próprio.

De um ponto de vista antropológico, Educação é uma das formas de transmissão de cultura, sendo a Escola, que deve ensinar, um dos responsáveis, senão o principal, pelo processo de enculturação por que todo o indivíduo tem de passar dos 5/6 anos de idade até aos 12/13 anos, no nosso País.

A Escola, cuja principal razão de ser é preparar os jovens para que a sua entrada na vida adulta se faça com autonomia e auto-confiança pelas qualidades de iniciativa, responsabilidade e independência, que dentro de um espírito de justiça e de liberdade lhes deve inculcar, tem que estar preparada para implementar essas mesmas qualidades na prossecução de um desenvolvimento cultural total, dentro do espírito democrático consignado na Constituição, visando o progresso socio-económico, moral e científico da Nação.

Com a descolonização, recebemos milhares de indivíduos brutalmente desligados dos seus tradicionais padrões culturais, e desde então temos assistido à luta pela sobrevivência de minorias étnicas, integradas num meio que lhes é culturalmente estranho, mas no qual se terão que integrar, tarefa essa que, mais

outra, será a Escola a desempenhar, já que a «escola pode ser encarada como área dos conflitos de culturas ('cross-cultural') e de outras trocas entre elementos de diferentes sistemas culturais representativos», como afirma John Singleton (SINGLETON, 1974).

O aumento da escolaridade nas regiões mais desfavorecidas, traz à escola, não só os jovens, mas também os adultos, e os efeitos da telescola já se fazem sentir nas zonas interiores.

O ensino superior alarga-se aos poucos e vai cobrindo áreas onde, até aqui, só quem detivesse meios poderia estudar, não obrigando já a migrações internas que se traduziram pelo afastamento das realidades sócio-económicas dos meios rurais, pelos detentores da cultura, cujo êxito, regra geral, dependia da sua fixação nas grandes cidades.

O ensino técnico, cujo encerramento acarretou consequências político-sociais e culturais altamente nefastas, foi recentemente reaberto e será aumentado nos próximos anos e é pública a extraordinária aceitação que esta iniciativa tem tido, pelo reconhecimento do que ela representa para o desenvolvimento do País.

Por tudo isto é que a Antropologia analisa a realidade escolar, não só através de estatísticas de escolaridade, de inegável interesse, mas sobretudo pelo contacto directo com a Escola, pela observação-participante da vida da comunidade estudantil em diferentes sectores populacionais, porque só através de contactos directos, formais e informais junto da Escola e do meio integrante, se poderá avaliar do seu potencial cultural.

Têm que se contactar e saber de onde vêm os alunos, quais os seus padrões de comportamento, as suas aspirações, as suas ligações aos conceitos tradicionais, porque a Escola, segundo Bernard Siegel (SIEGEL, 1974), «não é uma organização isolada, a sua estrutura operacional é continuamente afectada pelas forças do meio ambiente» sendo «a relação entre a comunidade educacional e a comunidade como um todo, recíproca e interactuante».

Estas, algumas das questões que se colocam, face a outras, como saber se as Escolas estão aptas a transmitir cultura ou só instrução. Se os alunos são preparados para integrarem uma sociedade democrática, como a Constituição a consagra, ou antes manipulados numa tentativa de criar novas elites burocratizadas. Se a cultura é transmitida ou se a tecnicidade se sobrepõe, impondo padrões de comportamento estranhos ao grupo e à comunidade.

Além disso, não pode ficar indiferente perante as agressões culturais veiculadas pelos órgãos de comunicação social, de que já se falou, além doutras mais discretas, mas não menos eficazes, que impunemente procuram desvincular os jovens dos padrões de comportamento livremente aceites pela sociedade, agressões essas para as quais eles não encontram modelos defensivos nas estruturas sociais, mas compete à escola criar.

Muito rapidamente se tentarão definir alguns dos conceitos invocados, antes de prosseguir.

De acordo com George Spindler (SPINDLER, 1979), «a Antropologia da Educação aplica os conceitos, as teorias e os métodos de pesquisa e análise da Etnologia ou Antropologia Cultural, na análise dos processos educacionais e nos contributos para a solução de problemas da prática e da política educativa. Esses conceitos incluem noções de estrutura social, valores culturais, personalidade básica e padrões de comportamento e as teorias incluem ideias, sobre como a cultura é transmitida de uma geração para outra, de como os 'papéis' sociais influenciam o comportamento e como é que as crianças aprendem as normas sociais».

Os métodos de pesquisa incluem os esboçados por disciplinas afins, mas centrados no método superior da Etnografia, a observação-participante, a qual implica que o antropólogo se integre de tal forma na comunidade que estuda, neste caso a Escola, que a sua presença passe absolutamente despercebida, tornando-se em mais um dos seus membros, mais um aluno, livremente aceite por todos.

A Etnografia, que contribui para o conhecimento do comportamento dos povos pela descrição daquilo que eles sabem, e os capacita para actuar duma maneira sensível em relação aos outros, descrevendo os procedimentos que usam para o fazer, só muito recentemente voltou a sua atenção para a Escola, esforçando-se por aplicar a mesma técnica de pesquisa que aplica no estudo das comunidades primitivas.

Falou-se em *Instrução*, que representa a transmissão de conhecimentos com destaque para o que se comunica e à sua importância, e não ao instrutor ou ao instruído. É uma das palavras que fazem parte do processo educativo, mas que muitas vezes provoca confusão na discussão de conceitos.

O *Ensino*, geralmente confunde-se com *Instrução*, mas há diferenças fundamentais porquanto:

O *Ensino* realça uma relação entre pessoas — o professor e os alunos e pressupõe uma implicação da necessidade de consequência, de forma que o professor possa certificar-se de que o que apresentou, foi apreendido e compreendido, conforme afirma Karl Mannheim (MANNHEIM, 1969).

O *Ensino*, como a *Instrução*, repousa em certas técnicas, métodos, e, porque não, também, truques do ofício. Além disso, pressupõe um interesse pelo processo de aprendizagem dos alunos e interacção das mentes do professor e dos discípulos e espera-se que o destaque nessa interacção seja dado ao professor, no que ele tem a dizer, a ensinar, e na maneira como o faz, e ao aluno, ao desenvolvimento da sua compreensão e à sua iniciativa para aprender, e transformar, o que lhe está a ser apresentado.

Educação deriva de EDUCARE, que se relaciona com a criação física e mental das crianças. O seu âmbito é tão vasto que a definição tem de ser necessariamente vaga neste trabalho.

Para Sir John Adams (ADAMS, 1912), a Educação tem por finalidade não só ministrar certa soma de conhecimentos como sobretudo modificar a natureza do aluno.

Ao longo da História do desenvolvimento da instrução, a escola foi-se sistematicamente afastando do conceito mais restrito da instrução escolar, do treino em técnicas ou conhecimentos específicos, para a noção de Escola como parte duma sociedade educativa, modificando e enriquecendo o significado da Educação.

Wilhelm Dilthey (DILTHEY, 1969) fala da educação como de uma actividade engenhosa dos adultos para aperfeiçoar e modificar o espírito da geração mais nova, num processo não só consciente mas também deliberado.

A Educação só pode ter origem numa situação social, porque onde se desenvolvem comunidades ou sociedades os indivíduos desenvolvem imediatamente os meios normais de organizarem as suas vidas através do que os sociólogos chamam *Instituições*, as quais surgem do choque e da interacção dos interesses individuais e, uma vez com existência, ajudam a definir a área de conflitos harmoniosamente aceitáveis, isto é, contribuem para o desenvolvimento dos agentes sociais e individuais formativos do carácter, naqueles pontos onde este representa a maneira pela qual o homem se comporta, e a motivação que o leva a comportar-se dessa maneira, ou seja, a Educação, nestes termos, além de dinâmica, é interactuante — Homem-Instituição — porque visa o desenvolvimento adaptável do indivíduo a uma sociedade que se multiplica e desenvolve desse mesmo indivíduo, o qual se multiplica nessa sociedade pelos seus descendentes.

Diz John Singleton (SINGLETON, 1974) que «dum ponto de vista antropológico, Educação é transmissão cultural. A própria cultura é muitas vezes definida em termos essencialmente educacionais como «os produtos partilhados da aprendizagem humana». É recriação cultural pelo que implica de individualidade, imaginação e espírito crítico.

É uma abstracção conceptual que nos ajuda a analisar o comportamento humano tal como é partilhado entre os grupos. «A transmissão cultural inclui tanto a transmissão da tradição ou padrões culturais duma geração para a seguinte, como a transmissão de novos conhecimentos ou padrões culturais de alguém que 'sabe' para aqueles que não sabem».

Resumindo, pode dizer-se que os conceitos de Educação e Ensino se completam, pois enquanto o Ensino está mais ligado à Instituição «Escola» e se baseia na relação professor-aluno, a Educação é algo mais geral, mais colectivo, já que envolve os pais, a família, a comunidade, os *mass-media*, a própria Escola, toda a sociedade.

E embora a realidade seja bem mais complexa e não existam fronteiras a separar os dois universos, eles são parte de um e mesmo sistema — a Cultura e a sua necessidade de perpetuação, ininterruptamente renovada.

Para além da família, o principal agente educativo é a comunidade, o grupo que integra a criança, os objectos por ela usados, a sua cultura e as suas ligações com sociedades mais amplas.

E nessa comunidade o que interessa verdadeiramente em relação à Escola e à sua capacidade para ensinar e educar, para além das relações professor-professor,

professor-aluno e aluno-aluno, é a integração da escola na comunidade, como elo e agente do processo educativo.

A Escola tem de deixar de ser um veículo de instrução para ser essencialmente uma fonte de cultura, de educação, de humanidade, em suma, um veículo da Educação para a Cultura e pela Cultura, porque só assim será possível atingir a verdadeira dimensão humana.

A escola tradicional «empilhava» conhecimentos do passado e do presente, mas tal já não é possível dada a velocidade extraordinária com que a evolução dos acontecimentos científicos e tecnológicos se processa actualmente.

A escola, hoje, tem que educar ensinando a aprender, ensinando a fazer, ensinando a saber fazer, ensinando a *recriar*.

Porque se a escola não prepara para a vida, não tem razão de existir. E só prepara para a vida se for ela própria um centro de vida ou, como disse John Dewey (DEWEY, 1983), «a própria Vida».

E o professor tem que assumir uma nova dimensão no processo educacional. Além de instrutor e investigador, tem fundamentalmente que ser coordenador e animador, e aceitar apagar-se. Não pode mais impor os seus conhecimentos no estilo «magister dixit», mas lançar mão de todas as possibilidades que permitam aos alunos ser sujeitos activos do próprio processo de que eles são o principal objectivo.

Tem que vivificar a Escola pela ocupação não só cultural mas física de todo o seu espaço, pela utilização de novas metodologias e levar os alunos a descobrirem as capacidades próprias e do outro, a treinarem a imaginação, a respeitarem a individualidade de cada um, a desenvolverem o espírito crítico e de cooperação. Estes são alguns dos objectivos que têm que nortear o actual professor.

Mas voltando à nossa Escola, indefinida e intemporal, ela não poderá prosseguir a sua acção educativa sem o apoio daquilo a que chamaremos a *comunidade pedagógica* e mais não é que a interacção dos órgãos escolares propriamente ditos — o Conselho Directivo, o Conselho Pedagógico, o Conselho Administrativo — todo o corpo docente, discente e não docente e para além destes as associações de pais com obrigação legal e moral de intervenção cultural e educativa; a Igreja, neste campo com vastas tradições; o poder local — Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; os sindicatos existentes; o ensino superior implementado no meio, pela obrigação que tem de prestar serviços à comunidade, culminando, como é óbvio, nos órgãos hierárquicos do Ministério da Educação, sem esquecer outros serviços públicos existentes na área.

É que só através deste esforço contínuo, e *interessado* porque visa a preparação dos seus jovens elementos, apoiando os professores na sua missão, ajudando os alunos na sua preparação, na ocupação dos seus tempos livres para que não sejam desperdiçados, é que a Escola cumprirá com a sua função de preparação de jovens para que sejam Homens e Mulheres capazes e isentos.

Ao analisar a Escola, o antropólogo não visa exclusivamente a Instituição, mas, como foi focado, a comunidade em que a mesma se insere, numa óptica de avaliação «contabilística» cultural. A Escola existe para quê? qual a sua importância na preparação dos jovens para o futuro? qual a importância dos comportamentos aprendidos na Escola face aos adquiridos na comunidade?

Porque, como afirma Dorothy Eggan (EGGAN, 1974), embora a «Antropologia tenha tendência para se preocupar com o processo de mudança cultural e com as condições que a originam, mais que com a própria continuidade cultural, parece, como Herskovits disse, que a mudança cultural pode ser melhor compreendida quando considerada em relação à estabilidade cultural», ou como disse Margaret Mead (MEAD, ????) «é apenas quando se especifica a natureza do processo que o contraste entre a mudança do passado e do presente se torna clara».

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Sir John — *The Evolution of Educational Theory*. Macmilan, Londres, 1912.
- DIAS, Jorge, 1965/66 — *Antropologia Cultural*. Lisboa, Ed. da Associação Académica do ISCSPU. Lições dadas ao 1.º Ano do Curso Complementar.
- DEWEY, John — *Démocratie et Éducation. Essais Contemporains*, Editions L'age d'Homme, 1983.
- DILTHEY, Wilhelm — Citado in: «Introdução à Sociologia da Educação», de Mannheim, Karl e Steward, W. A. C., ed. Cultrix, Lda., S. Paulo, 1969.
- EGGAN, Dorothy — *Instruction and Affect in Hopi Cultural Continuity*. «Education and Cultural Process Toward an Anthropology of Education». Holt, Rinehart and Winston, inc. NY 1974.
- MANNHEIM, Karl e STEWARD, W. A. C. — *Introdução à Sociologia da Educação*. Editora Cultrix, Lda., S. Paulo, Brasil, 1969.
- MEAD, Margaret — *O Conflito de Gerações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SIEGEL, J. Bernard — *Conceptual approaches to models for the analysis of the Education Process*. «Education and Cultural Process Toward an Anthropology of Education». Holt, Rinehart and Winston, inc., NY 1974.
- SINGLETON John — *Implications of Education as Cultural Transmission*. «Educational and Cultural Process Toward an Anthropology of Education». Holt, Rinehart Winston, inc., NY 1974.
- SPINDLER, George D. — *Anthropological perspectives*. «American Education: Diversity & Research». A Forum Serie of America, NY 1979.
- TAVARES, Manuel J. A. Viegas — *Para a definição de uma política de Educação Especial* — Trabalho apresentado à Secretaria de Estado da Segurança Social, 1975.